

Dossiê:

Estudos Literários

BRANCA

*O sentido do conhecimento no tempo presente,
as possibilidades de diálogo entre História-Literatura
e a questão da prova**

Astor Antônio Diehl*

Resumo: Neste texto objetivamos discutir um conjunto de elementos e possibilidades de aproximação produtiva entre história e literatura. Primeiro pretende-se apresentar o sentido do conhecimento na conjuntura do tempo presente, enfocando as questões da memória e da verbalidade. Em seguida, apresentamos as dificuldades que circunstanciam a relação entre história e literatura e, finalmente, rumamos para a compreensão daqueles elementos que poderiam ampliar o leque de possibilidades desta relação em termos de um exercício produtivo sobre a ‘invenção controlada’ do passado.

Palavras-chave: Conhecimento, história, literatura.

Abstract: Our aim in this text is to argue a set of elements and possibilities of a productive approach between history and literature. First, it is intended to present the direction of the knowledge in the conjuncture of the present time, focusing on questions of memory and of verbalization. After that, we present the difficulties that exist into the relation between history and literature and, finally, we head for the understanding of those elements that could extend the quantity of possibilities of that relation in terms of a productive exercise on ‘controlled invention’ of the past.

Key-words: Knowledge, history and literature.

* Doutor em Teoria, Metodologia e Didática da História pela Ruhr-Universität Bochum, Alemanha. Professor do Curso de História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: cph@upf.br

1 O sentido do conhecimento no tempo presente

Somos feitos da matéria dos sonhos.
Shakespeare.

O conhecimento histórico não é nem uma espécie de projeto no sentido de um acordo com a extrapolação de finalidades visadas, nem ainda uma disposição das coisas de acordo com a boa vontade, com preconceitos vulgares ou com sugestões de algum tirano: o conhecimento histórico é, ao contrário, uma mensuratio ad rem.
Hans-Georg Gadamer

Recentemente tomei como *Leitmotiv* para a introdução de um livro¹ a seguinte pergunta formulada por George Steiner: Qual seria a alegoria que melhor representasse nosso tempo presente? Este sugestivo questionamento pode ser lido na obra *Grammatik der Schöpfung*. Steiner é um crítico da cultura e leciona em Oxford. Nele também podemos encontrar uma resposta bastante irônica para a sua pergunta. Escreve ele: a alegoria de nosso tempo seria um caixão que está sendo baixado na cova. Enquanto isso, debaixo da tampa do caixão ouve-se o celular do morto despertar.

¹ Trata-se do livro por mim organizado *Fascínios da história II. Textos de história do Brasil contemporâneo*. Passo Fundo: UPF editora, 2004.

Apesar de ser prosaica a resposta do autor, certamente esta poderia ser a representação alegórica do tempo comprimido e dinâmico, referindo-me ao fato de que nós poderíamos ser localizados mesmo após a morte. Entretanto, com o perdão da minha insistência, talvez não consigamos mais responder ao chamado.

A experiência diária com a velocidade, juntamente com isso a banalização do cotidiano parecem ser a marca do investimento mágico e da (des)referenciação que, por sua vez, insiste em formar uma espécie de diagrama da anmésia. Ou como já se disse: a história está completando cinco anos e quem ler o jornal de ontem já poderia ser um historiador.

A experiência da pressa traz consigo o fato de que a linguagem não consegue mais apreender e representar a própria experiência humana. Este aspecto poder-se-ia chamar de ‘desconfiança em relação à linguagem’ ou ‘perda da verbalidade das coisas’.

Contudo, a perda da verbalidade das coisas pode-nos sugerir também a re-mitificação do mundo através da ideologia da riqueza, de reafirmarmos cada vez mais o imaginário ou ainda refletir sobre a possibilidade de irmos para além condição humana. Esta premissa nos indica um caminho com uma bifurcação: um lado indica para o fato que tudo isso seria um obstáculo no sentido de que não temos mais nada a fazer, e do outro orienta para a idéia de ainda podermos, neste momento, repensar a nossa condição de

indivíduos e sujeitos que experimentam a e na vida³. Aquilo que seria um obstáculo para a se configurar uma possibilidade.

Nesse sentido, a racionalização instrumental-técnica do mundo contemporâneo torna-se refém da mitificação de heróis salvadores em substituição ao mundo sem linguagem compatível com a experiência humana. Para o historiador o passado é um imenso teatro de operações, no qual estamos construindo e destruindo tais mitos.

Essencialmente, a crise contemporânea situa-se numa geografia muito peculiar, entre as revoluções das expectativas crescentes otimistas projetadas no futuro além do nosso tempo e as revoluções das expectativas frustradas do presente. Ou seja, a visão mecanicista de progresso constante e a idéia de redenção da humanidade no futuro, cedem lugar à perspectiva da redenção *do e no* passado⁴. Esta premissa pode sugerir a possibilidade de compreensão de romantizarmos e idealizarmos certas situações do passado.

Para estes aspectos, a própria historiografia tem oferecido alguns exemplos

apetitosos, especialmente na orientação bastante adequada do *quanto o futuro frustra, o passado reconforta*, numa espécie de projeto iluminista às avessas, fundamentado sobre os escombros da *lata de lixo da história* resultantes dos processos de modernização e da concepção de progresso⁵.

E isso faz com que a cultura histórica da nossa ciência se debata agora com dois projetos antagônicos: um para frente, projetado para o futuro no passado através dos fragmentos, e outro para trás, disposto a reabilitar as experiências do passado uma vez que o nosso presente é duplamente focal; daí por que, quando o presente desilude, o passado assume o papel de conforto e proteção, uma espécie de útero materno.

Este processo duplamente focal da realidade não parece ser tão novo assim, pois ele nos acompanha desde o embate do movimento iluminista com a postura do romantismo da primeira metade do século XIX.

Essa perspectiva é problemática, sobretudo para os historiadores, pois apenas podemos compreender o futuro no passado. O lado prático dessa experiência de crise da idéia unívoca de progresso atinge as sociedades em vias de modernização europeizada e é transferido pelas relações de dependência estrutural (que, aliás, deixou de ser um tema

³ Parece ser este um dos propósitos do recém lançado livro de PINKER, Steven. *Tábula rasa*. A negação contemporânea da condição humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴ Discutimos longamente a questão do progresso e seus desdobramentos em DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

⁵ Ver DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica nos anos de 1980: experiências e horizontes*. 2ª edição. Passo Fundo: editora da UPF, 2004.

relevante no pano de fundo das discussões), que podem ser exemplificadas nas estruturas de produção, nas relações de poder e de pensar, enfim, nas profundas contradições do projeto de modernização universal-iluminista.

Cada um de nós que possui sensibilidade suficiente para perceber contradições estruturais entre o seu mundo da experiência e a da geração passada, leva em consideração os resultados práticos desse desenvolvimento como fatos observáveis: na destruição ecológica durante a exploração da natureza via industrialização; no desmedido e crescente potencial dominador do poder de blocos nos Estados modernos; na profunda ruptura de possibilidades entre o mundo industrializado com as regiões do assim chamado terceiro mundo e, finalmente, na *desertificação* dos impulsos inovadores dentro do racionalismo institucionalizado pela ciência⁶.

A experiência de compreensão do passado, através da crítica dos resultados negativos do progresso, aumenta cada vez mais seu potencial. A categoria progresso perde plausibilidade e já não é possível perspectivar-la num horizonte futuro através da prática cotidiana real. Deixando essa de se relacionar com qualquer processo de desenvolvimento real, pois estes foram, vulgarmente, interpretados como sinônimo de progresso.

Portanto, se a crítica pudesse inverter o crescimento econômico a partir da forma como vem sendo operacionalizado (em um sistema econômico-estatístico do passado), então a atual exploração da natureza poderia ser compensada com o quadro equilibrado (entre homem e natureza) dos tempos pré-modernos e de culturas ‘exóticas’. A *saudade* e, de certa forma, a *ansiedade* pelas alternativas do mundo atual encontram muito rapidamente seu revestimento histórico nos custos da experiência histórica, numa espécie de romantismo em que são idealizados determinados aspectos compensadores do futuro comprometido para não falar em paraíso perdido.

No movimento ecológico, bem como no movimento das tribos sociais, é possível perceber pegadas de um pensamento histórico que aponta nesta direção: as relações cotidianas pré-modernas são de maneira apressada suggestionadas numa relação natureza x humano (corporificada na proximidade feminina da natureza) e, contrariamente, o masculino (dominante, patriarcal) ao desenvolvimento técnico-industrial, ao da denominação político-burocrática e a formação da racionalidade científico-metodológica como sucessivo fracasso, criticado como caminho de perda qualitativa para a humanidade⁷.

⁶ Conforme BODEI, Remo. *A filosofia do século XX*. Bauru: Edusc, 2000.

⁷ Ver recente publicação de PINKER, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Pensamentos semelhantes convergem para a superação da modernização, os quais encontramos na própria historiografia atual quando a questão central se volta para a cultura popular nos tempos modernos na Europa.

Da unidade, da estabilidade, da permanência passa-se à ênfase inversa (do diálogo entre tradições), à diferença irreduzível, à inconstância da história em sua tragédia da ação autônoma. Em outras palavras, podemos afirmar que emerge o potencial da imaginação produtiva e da razão prática, o que corresponde à limitação do poder de antecipação, de controle e ao reconhecimento de debilidade relativa, bem como da precariedade de toda ordem instituída.

Se é difícil descrever os signos da cultura pós-moderna⁸, que emergem de dentro da realidade contemporânea - estes signos podem ser minoritários, pois toda nova etapa histórica nasce de uma contracorrente cultural, isto é, de uma minoria -, mais difícil ainda é mapear a reflexão conceitual dessa trajetória. E aqui, fala-se de reflexos, pois o pós-modernismo não é só por definição fragmentado e centrífugo, como diz *Baudelaire*.

Desde o ângulo estético que *a modernidade é o transitório, o contingente e fugidio, a metade da arte, cuja outra metade é imutável e eterna*. E, o autor complementa

⁸ Este signos estão muito bem descritos por CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna*. Introdução às teorias do contemporâneo. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

dizendo que o observador, o filósofo, o pintor das coisas externas e não só das coisas externas, como das coisas duráveis, *e o pintor do momento que passa e de todas as sugestões de eternidade que este continua*⁹.

Apesar de todos os argumentos apresentados, a partir de diferentes autores, em tese afirmamos que a discussão ainda continua sendo feita sobre noções polarizadoras da razão. Parece-nos que a agenda, especialmente, das ciências humanas ainda não conseguiu viabilizar instrumentos e redes metodológicas que pudessem da conta da complexidade da questão, principalmente quando atuamos no sentido de nossa proposta inicial, a de reconstituirmos as idéias de futuro no passado e essa orientada para uma cultura da mudança¹⁰.

Nesta perspectiva, ainda estamos correndo o risco de, por um lado, enclausurarmos e excluirmos formas e estruturas da razão material e subjetiva. Por outro, elas também podem correr o risco de se tornarem tão formais que não mais consigam apreender nem mover nada em termos das experiências histórico-culturais.

Talvez realmente precisamos pensar em uma nova topoanálise, o que faremos mais

⁹ Esta discussão está colocada em DIEHL, Astor Antônio. *Vinho velho em pipa nova: o pós-moderno e o fim da história*. Passo Fundo: editora da UPF, 1997.

¹⁰ Esta discussão está em DOSSE, François. *O império dos sentidos: a humanização das ciências humanas*. Bauru: Edusc, 2003.

adiante, onde a função do espaço não seria apenas a de reter o tempo comprimido, mas a de constituir um calendário do próprio tempo a partir de seu processo produtor de imagens, pois o passado continua nos pregando peças ou, dito de outra forma, o passado continua brincando de esconder conosco.

O passado torna-se uma espécie de sombra do ladrão de cada um de nós e ele nos faz perceber o perigo de onde o ladrão atacaria. Para finalizar poderíamos dizer que a consciência deste fantasma do inconsciente é o próprio estado de culpa.

Com esta introdução de contextualização sobre o tema queremos, sobretudo, enfatizar a importância e os profundos vínculos existentes entre as noções de desejo, subjetividade e a história, especialmente em nossa época. Pois, o que interessa aqui é termos evidente clareza de certa condição de deslocamento da humanidade.

Podemos observar este deslocamento no estilo das cidades onde ocorre uma espécie de desenraizamento cultural. Neste processo, as coisas ficam empilhadas fora de um contexto e nós, por vezes apenas como expectadores do mundo, acabamos assumindo olhares desconectados.

Talvez um dos aspectos mais importantes refere-se ao fato de acharmos uma forma de falar sobre esta saturação cultural e transformar esse assunto em nossa matéria do tema de casa. No meu entender esta questão

implica em redefinir a possibilidade e os critérios do diálogo entre história e literatura e, conseqüentemente, o estatuto da prova para a história.

2 Um diálogo de surdos

Inicialmente já argumentamos que a época presente é de revigoramento do significado estético cultural, da significação do imaginário e de inserção hermenêutica na compreensão de ações do passado através da nova história cultural¹.

Nessa mesma linha de pensamento, podemos nos referir aos discursos sobre a produtividade da relação entre história e literatura. Parece-nos que dessa forma estaria sendo rompido o exclusivismo de uma verdade científica sobre o passado. Aliás, na argumentação de Hans-Ulrich Wehler, caracterizando o pensamento histórico na vida do século, a nova história cultural apontaria para um déficit teórico e esta por sua vez seria uma tendência impregnada de abstinência política².

¹ Em termos gerais, tais aspectos são discutidos em diversas perspectivas, mas elas carregam em si a característica propositiva. Ver SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc, 1999; CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999; WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru: Edusc, 2000.

² WEHLER, Hans-Ulrich. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2001. p. 69-86.

Mas se, por um lado, existe uma crítica severa à nova história cultural, especialmente pela perda de sentido, por outro, estão também surgindo na comunidade posturas de contraponto a esses questionamentos, os quais justamente busca em literatura, no imaginário as possibilidades de leituras diferenciadas do passado.

Tais posturas buscam exatamente construir sentido lá onde ele foi criticado como inexistente, surgindo primeiramente algumas perspectivas sob forma de propostas para a construção de sentidos novos ante a crise da razão histórica¹².

A segunda perspectiva está vinculada à própria dinâmica das mudanças paradigmáticas, cuja origem está profundamente relacionada à crise da razão civilizatória, iluminista. Nesse caso, estaremos trabalhando com aqueles aspectos passíveis de serem observadas nos últimos anos através da historiografia, dentro dos limites e possibilidades que tal caminho possa nos oferecer¹³.

¹² São exemplos destas posturas propositivas em termos de busca de sentido os trabalhos de DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: ed. da Unesp, 2002 e RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: *Revista Histórica: debates e tendências*. Passo Fundo: v. 2, nº 2, p. 9-22, dez. de 2001.

¹³ Em termos gerais estas mudanças ainda podem ser conectadas às posturas de KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 2ª ed. São Paulo:

A partir das colocações apresentadas para introduzir a proposta de estudos, é possível em tese afirmar que estamos vivenciando um *locus* de luta entre as noções de espaço x tempo, cuja compreensão precisa de uma topoanálise diferenciada¹⁴. A categoria espaço está cada vez mais presente na textura das experiências atuais em detrimento da perspectiva do progresso cumulativo e do tempo linear.

Na afirmação de Bachelard, o teatro do passado seria o da memória, enquanto que a função do espaço é reter o tempo numa espécie de câmara de compressão. Nesse sentido, o calendário temporal só poderia ser estabelecido

Perspectiva, 1987. Na história este debate está em CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In CARDOSO, Ciro F. ; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Não podemos esquecer que estas mudanças também estão situadas e debatidas em outros campos do conhecimento como, por exemplo, no livro de PINKER, Steven. *Tabula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁴ O termo topoanálise é de BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Esta análise também pode percorrer os caminhos da cultura e identidade, ver então MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual*. Bauru: Edusc, 2002. Ou ainda pela globalização e meios de comunicação, ver MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru: Edusc, 2000 e SARTORI, Giovanni. *Homo videns*. Televisão e pós-pensamento. Bauru: Edusc, 2001.

em seu processo produtor de imagens¹⁵. O espaço agora seria tudo, pois o tempo não animaria mais a memória¹⁶. O que, em outros termos, garante para a noção experiência um *locus* especial no debate historiográfico numa espécie de revanche da experiência (antropológica) sobre a análise estrutural e do local da cultura sobre a explicação¹⁷.

Como resultado da delimitação do local da cultura temos a fascinação histórica do pertencimento, cuja forma de exposição é perceptível para a estética, para a função da experiência e sua respectiva representação sob forma de narrativa. Nessa perspectiva, a descrição densa das experiências do passado enfatiza extraordinariamente as representações discursivas, porém agora sem a dinâmica do tempo projetado futuro numa espécie de ciência do tempo passado¹⁸. Estas duas perspectivas na cultura historiográfica são marcas do movimento turbinal da cultura contemporânea,

identificado como a noção que podemos apresentar como Spätzeit¹⁹.

É certo que tais movimentos possuem receptividade na história, como disciplina, e ampla influência no pensamento histórico através do presentismo e, pelo que parece, nem poderia ser diferente. Entretanto, nós já entendemos que o passado nunca existiu de forma estruturada, a não ser como experiência, como imaginação e como afetividade do tempo presente.

E nesse sentido, a leitura possível é aquela que remete para a fascinação histórica subjetiva *do querer compreender o passado nas suas múltiplas possibilidades* e, de outro modo, remete para o sentido metodológico *do como é possível de ser reconstruído*²⁰.

Nessa perspectiva entendemos que o tempo da fascinação histórica pode possibilitar uma problemática do passado pelo presente a partir de dois vetores principais: *o sentido de reconstituirmos idéias de futuro no passado* e, segundo, compreendê-las como estrutura narrativa de *argumentos para uma cultura da mudança*.

Podemos começar com uma pergunta de fácil formulação, porém *incômoda*, a qual

¹⁵ A produção de imagens na atualidade é objetivo do livro de KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.

¹⁶ Idem, p. 21-29. Para uma análise diferenciada ver JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

¹⁷ Discutimos isto recentemente em DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

¹⁸ O termo *descrição densa* é de GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: editora Guanabara Koogan, 1989. Ver debate sobre em KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2002. p. 105-159.

¹⁹ Conforme MOSER, Walter. Spätzeit. In: MIRANDA, Wander (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.

²⁰ Fizemos uma tentativa no livro *Do método histórico*. Passo Fundo: UPF editora, 1996 (2ª edição é de 2001).

foi formulada por Michel de Certeau: *o que é que eu estou fazendo quando faço história?*²¹ Inicialmente podemos dizer da nossa dificuldade que teremos em aproximarmos de uma resposta satisfatória, isso se chegarmos próximos dela. As dificuldades são de toda ordem. Primeiramente, porque o embate historiográfico atual está sendo feito exatamente no campo das estruturas narrativas da história. E, portanto, está sendo produzida uma enorme bibliografia sobre essa questão e em muitas orientações diferenciadas, difíceis de serem sistematizadas²³. A segunda dificuldade reside no fato de que a narrativa pode representar uma limitação à objetividade da história e vice-versa²⁴, causando uma situação perturbadora entre os padrões disciplinares do conhecimento histórico e na sua autocompreensão²⁵.

Entretanto, mesmo que haja, pelo senso comum, uma possível perda da objetividade

do conhecimento histórico, devemos admitir que a narrativa é o elemento da constelação dos critérios da matriz disciplinar que possibilita a própria plausibilidade do conhecimento.

Se a narrativa é, por um lado, um limitador de apresentação de representações, por outro é a possibilidade que o historiador dispõe para comunicar-se. É justamente essa aparente contradição que causa o embate na discussão atual²⁶.

Em tese, parece-me que o desequilíbrio entre *limite e possibilidade* é o ponto a ser analisado que, por sua vez, vai bater no confronto entre as tendências advindas da objetividade e subjetividade, já superadas, do pensamento histórico. Quer dizer, revela-se aí o problema da cientificidade da história que é tão antigo quanto à própria disciplina.

Nesse sentido há uma concordância minha com a posição de Ciro Flamarion Cardoso quando afirma: “não comungo da opinião hoje bastante difundida de que a história que fazem os historiadores seja necessária ou intrinsecamente ficcional, tanto quanto um conto, romance ou filme”²⁷.

²¹ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

²³ Há, por outro lado, êxito na análise quando for feita fora dos parâmetros da historiografia tradicional e de forma transdisciplinar, ver CARDOSO, Ciro F. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997 e CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, R. *História e análise de textos*. In: Idem (orgs). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

²⁴ RÜSEN, Jörn. *Narratividade e objetividade na ciência histórica*. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, vol. XXIV, nº 2, p. 311-335, dez. 1998, p. 315.

²⁵ Idem, p. 314.

²⁶ Este embate histórico foi reconstituído por DOSSE, François. *A História*. Baur: Edusc, 2003.

²⁷ CARDOSO, Ciro F. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997, p. 11. Ver Também LÄMMERT, Eberhart. *História é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance*. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: 9(23) 1995, p. 289-308.

Um terceiro elemento, talvez novo, agregado aos dois primeiros é um fato aparentemente inocente, mas de enorme interesse público: o grande número de temas “históricos” abordados e publicados por jornalistas de carreira. São biografias, instituições ou movimentos sociais narrados e, geralmente, com as repercussões de ordem social e político-cultural e - por que não dizer? - psicanalíticas²⁸.

Hermenêutica significa, primeiramente, o processo metodológico da interpretação com o objetivo de compreender o significado quando um texto não é entendido de imediato. Ela foi inicialmente a arte da interpretação dos textos bíblicos e jurídicos de forma normativa e ocasional. Além dessa hermenêutica normativa, Gadamer²⁹ examina, sobretudo na filosofia da hermenêutica, a possibilidade do compreender o seu significado numa espécie de teoria do conhecimento das ciências humanas, separando-as de explicações das ciências naturais.

De ambas as variantes da hermenêutica é possível diferenciar o compreender histórico. A compreensão histórica ocorre não apenas no texto ou nas fontes, mas em toda ação humana

do passado capaz de ser reconstruída dos documentos e das fontes orais. Nesse sentido, os restos de expressão das ações humanas no passado, contidos nas fontes recebem interpretações compreensíveis a partir de tradições, representações de valor, significações e de perspectivas de futuro.

A compreensão histórica sempre terá então presente à experiência atual de vida do historiador e, portanto, de uma pré-compreensão como ponto de partida. Entretanto, para que as ações do passado não estejam submetidas somente ao presente, é preciso lançar mão de uma série de regras e operações, com as quais o contexto das ações e suas relações possam ser reconstruídos e objetivados e assim possam ter um mínimo de universalidade, mesmo que precária³⁰ e, diga-se de passagem, ela será sempre precária.

Essas regras e operações possibilitam corrigir e, ao mesmo tempo, ampliar o horizonte de compreensão original dos intérpretes e separar deste compreender aquilo que foi atribuído posteriormente pelo historiador sobre as intenções da práxis humana no passado. Requer-se, assim, uma interpretação crítica, tal como propõem as ciências humanas para que se chegue

²⁸ Um exemplo deste tipo de tratamento está em BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

²⁹ Um bom exemplo para esse aspecto são as obras de VICO, Gianbattista. *A ciência nova*. Rio de Janeiro: Record, 1999 e DILTHEY, W. *Aufbau der Geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*. Gesammelte Schriften. Stuttgart: 1958.

³⁰ DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a escrita da história. In: *Rev. Margem*. Faculdade de Ciências Sociais, PUCRS, nº 5, 1996. p. 9-30. Também em DOSSE, François (2001). Op. cit. p. 71-100.

ao sentido mais próximo possível da veracidade e não nos chegue mascarado ou deformado por ideologias.³¹

Entretanto, é ilusão buscar o conhecimento histórico a partir de um modelo da objetividade. Isso ocorre basicamente por duas razões: a) a compreensão é entendida como um projeto lançado, ou seja, é o historiador que se lança para além do tempo, numa espécie de busca do significado antecipado, b) porque vivenciamos o tempo histórico, no qual o passado nos interpela constantemente. Nas duas razões apontadas, o passado é, ao mesmo tempo, saber histórico e ser histórico.

Evidentemente, que a essa altura é importante entender o quadro complexo em formação, especialmente no sentido do pertencimento a uma tradição e ao estabelecimento do círculo hermenêutico, segundo Gadamer, cuja discussão vem desde Schleiermacher.

Trata-se aqui de compreender o valor intrínseco dos argumentos de um autor cujo texto pertence, em primeiro lugar, ao conjunto de obras e, em segundo, ao gênero historiográfico de onde provém. Sua compreensão só acontecerá se entendermos o texto no momento de criação, inserido na totalidade experimentada pelo seu

autor. Portanto, o objetivo daquele que interpreta é se fazer mediador entre o texto e a totalidade nele implícita e, nesse sentido, a hermenêutica procura restituir e restabelecer o acordo.³²

Não seria exagero afirmar aqui que a própria busca desse acordo é a produtividade do processo histórico, pois estamos lidando com a possibilidade da distância temporal quando nos remetemos ao passado (recoo no tempo). Esse remeter ao passado implica na produtividade de novas temporalidades a partir de um presente indefinido. O acordo é facilmente rompido, pois recuamos no tempo com certos preconceitos.

Esses preconceitos são vistos aqui não como particulares, mas como diretrizes da compreensão.³³ Novamente, para que a significação do passado não seja perspectivada cegamente pelos preconceitos, é preciso uma crítica hermenêutica. A tarefa crítica da hermenêutica deve distinguir os preconceitos que cegam, dos preconceitos que esclarecem. Obviamente, através da postura do simples objetividade não se teria mais nada a dizer frente a esse impasse. Portanto, nesse caso, precisamos ir à radicalidade.

A crítica hermenêutica deve denunciar o preconceito, surpreendendo-o de sua possível

³¹ GADAMER, H. G. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, Pierre (org.). *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 19.

³² GADAMER, H. G. In: FRUCHON, P. Op. cit. p. 59.

³³ Ver SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Ao nível das preocupações metodológicas ver CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru: Edusc, 2001.

validade. A reflexão de denúncias dos preconceitos é formada pela interrogação provocativa. O resultado disso é o retorno renovado com uma tradição que se encontra na origem deles, podendo esse encontro ser a constatação da alteridade.

Nesse sentido, toda possibilidade de compreensão começa com algo que nos provoca. Estabelece-se, então, uma situação dialógica de mediação entre o presente e passado. Evidentemente, a crise dos fundamentos da história como disciplina com plausibilidade levou a discussão para campos polarizados. De um lado, estão aqueles que se mantêm definidos por uma reconstituição estrutural do passado dentro dos cânones da ciência moderna. Do outro lado, encontramos-nos de frente com aqueles que encerram o debate no nível da racionalidade universal, deslocando-se para a reconstituição das representações e simbologias do passado.

Essa bifurcação do debate caracteriza-se, por vezes, pela estigmatização recíproca ou mesmo em uma luta em campo aberto entre o bem e o mal. Nesse caso, ambos os lados sugerem as suas precariedades e fecham-se para as possibilidades de diálogo, apesar de fazerem parte da mesma moeda. A relação dialógica é a maneira pela qual se revela a consciência da produtividade histórica na compreensão hermenêutica. Sem dúvida o aparecimento da consciência histórica fora talvez o aspecto mais importante da constituição da história como disciplina moderna.

A consciência histórica, além de ser o parâmetro de compreensão fundamental da historicidade do passado, é também a possibilidade do reconhecimento intelectual contemporâneo *do poder suportar* e *do ter que suportar* o mundo nas suas mais diferenciadas significações.

A consciência histórica, com esse qualitativo, mostra-nos que estar no mundo ainda não é o parâmetro para confeccionar a chave e menos ainda a fechadura para transpor a porta do conhecimento e de que, além disso, a partir da história teríamos o conhecimento suficientemente infalível e ideal para a revolução dos modos de ser, das sensibilidades e, sobretudo, das sociabilidades neste imenso teatro de operações que é o passado.

3 Como minimizar a surdez

O uso da metáfora da surdez não provém de algo patológico, mas sim da poluição sonora existente na discussão. Penso que a proposição de um diálogo mais produtivo entre história e literatura poderia ser encaminhada no sentido dos canais de comunicação e das regras do jogo, se aferirmos nossos instrumentos e técnicas nesse mesmo diálogo. E aqui invariavelmente estamos colocados de frente com questões de ordem metodológica na construção destas matrizes.

Dentre as várias opções metodológicas, poder-se-ia apresentar uma possível compreensão desta pergunta a partir de seis vertentes metodológicas para darmos conta das muitas e complexas configurações não só de cada uma das disciplinas em jogo, mas das interfaces entre a história, a literatura e a imaginação. Portanto, precisamos percorrer outro caminho daquele que se apresenta apenas a partir da cientificidade positiva, pois quando objetivamos trabalhar com a literatura e imaginário temos que ter presente que estes dois campos expressam os processos de infinitização e não o da racionalização científica.

Para fins do debate, aqui, pretendo enumerar algumas das possibilidades. Estes caminhos, ao meu ver, podem ser configurados pela contextualidade a partir da proposição de Moser; pela *hermenêutica* oriunda do debate de Gadamer e Ricoeur; pela *narrativa e a memória* em Walter Benjamin, *meta-imaginação* conforme Hayden White, *pela representação e a linguagem* do local em Bhabha e, finalmente, pela *estética* de Adorno ou ainda na combinação de elemento de diferentes vertentes.

Há certas dificuldades peculiares a este tipo de empreendimento, algumas de origens metodológicas, especialmente quando pretendemos explicar as estruturas de pensamento no passado. Geralmente tais concepções metodológicas acabavam por demonstrar que existe uma aplicação tanto geral

como particular e que elas seriam capazes de proporcionar generalizações. No caso de trabalharmos com as subjetividades e os sentidos da história, essa postura metodológica pode facilmente apresentar-se com características reducionistas e os resultados serem a própria legitimação de concepções firmadas a priori.

Pensamos, então, que os caminhos mais promissores sejam aqueles que envolvem não apenas a descrição dos fatos em si, mas aqueles que objetivem a compreensão destes, especialmente através da hermenêutica e da fenomenologia. Para tanto, não é necessário começar fazendo *tabula rasa* no sentido de desafiar escolas históricas, as quais foram e são as sementes das teorias da história e elas continuam estando em toda parte. Entretanto, como elas também fazem o pano de fundo intelectual muito amplo, as suas contribuições estão enterradas numa verdadeira erudição, dificilmente domináveis.

Os primeiros passos, para qualquer nova postura, compreendem, sem dúvida, a necessidade de estabelecer relações dialógicas para substanciar o tratamento do assunto em questão. Portanto, a idéia pode parecer inicialmente paradoxal, revelando-se nela as contradições de posturas teóricas. No entanto, a relação entre história e sentido é evidentemente algo que deve superar as polarizações. Pois ela envolve não apenas a simples catarse, mas as possibilidades de identificações com tradições culturais, com memórias, com qualidades

sensoriais, com sentimentos objetivos e não objetivados, com experiências individuais e coletivas que dificilmente podem ser explicadas apenas pelas contradições, apesar delas serem o fluxo vital dos sentidos na história. Esta relação dá-se sob forma de trocas simbólicas, para usar uma expressão central na obra de Pierre Bourdieu.

Contudo, quanto mais a gente reflete sobre a significação destes aspectos, tanto mais se configura a hipótese de que a unidade fundamental da história, freqüentemente afirmada, reside na singularidade do significado e na significação dos fragmentos situados numa espécie de pré-história da racionalização. É exatamente este o mundo clandestino dos sentidos ou, como sugere Pollak, quando se refere aos *ditos* e aos *não-ditos*³⁴.

Seria inútil indicar para alguém, mesmo que haja uma solicitação, uma obra de história e que esta seja uma expressão das coisas do passado sem que haja um peculiar encontro do leitor com as experiências deste passado. Pode

haver, isto sim, uma expressão de sentido em relação à estrutura textual, sobre a apresentação metodológica, sobre a estrutura narrativa, sobre os conceitos, enfim sobre a configuração formal.

A significação de uma obra de história, como expressão de sentido, é algo bem diferente, pois ela envolve imagens de temporalidades, numa espécie de *durée réelle* – noção de Bergson -, em concepções associadas ao mágico, de encantamento, de espetáculo e de sentimentos difíceis de expressão através da mera racionalidade científica. Isto ocorre uma vez que se estabelece uma referência – *insight* – de comunicação entre a obra e o leitor, percebido aqui como o público. Nessa perspectiva, forma-se um horizonte de natureza mágico de antecipação radical de sentimentos e de estruturas simbólicas, abalizadas nas experiências como sendo as chaves de compreensão criativa, pois são estas diferenças que nos fazem ser da espécie humana.

Até este momento da nossa apresentação, consideramos a história quase que inteiramente a partir do que se poderia chamar de ‘ponto de vista acadêmico’, refletindo-a como produção de conhecimentos de um autor, isto é, como algo que toma forma à medida que são articuladas as representações narrativas do passado a partir de sistemas de referências. O que o historiador produz é uma expressão textual organizada a partir de pontos de vista de interesses pelo conhecimento, de perspectivas de orientação teórica, de estratégias metodológicas

³⁴ Recentemente meu colega João Carlos Tedesco publicou um livro (*Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF editora/EDUCS, 2004), no qual discute longamente as diversas abordagens e os campos de investigação da memória em várias esferas, tais como conceitual, político, social e cultural, imaginário e das representações, envolvendo um leque extraordinário de autores e posturas teóricas.

e de estruturas narrativas.

Tudo isso visa, de certa forma, racionalizar o passado para que se chegue o mais próximo possível de uma ‘objetividade’ e, portanto, que esse conhecimento contenha funções socioculturais que extrapolem a subjetividade de quem as produz. Talvez poderíamos afirmar que, do ponto de vista do autor, o processo de produção do conhecimento se bastaria até este momento.

Em um outro sentido, contudo, o historiador produz tais representações sobre o passado tentando fazê-las para atingir outras pessoas – o público. Uma outra faceta da questão é aquela que pressupõe o historiador e um público leitor ao menos, de forma hipotética, com alguma intenção social. Mesmo que um historiador produza uma obra pouco familiar, difícil ou original, ainda assim ele alimenta a esperança de provocar a crise e estabelecer um encontro de compreensão e ele trabalha com a convicção de que ela – a obra - possa ser compreendida suficientemente para que seja aferido o sentido posterior.

O historiador trabalha quase sempre com um leitor ideal e a sua obra torna-se parte de seu ofício. E é exatamente o leitor ideal que dá a medida da ‘objetividade’ de sua obra. O leitor percebe a obra não do ponto de vista meramente acadêmico, mas de quem busca soluções para os seus interesses. O sentido atribuído pelo autor, sem o qual não poderia trabalhar, não

necessariamente corresponde àquele extraído pelo público.

Então, para uns poderá haver um caráter chocante da apresentação, já para outros este mesmo caráter pode vir a ser de suspeita emotiva ou mesmo lúdica. Estas diferenças de emissão e recepção do conhecimento são mensagens, às vezes enganosas, que facilmente escapam das racionalizações competentes e elas são problemas inerentes para os dois lados da mesma moeda.

Portanto e para além do conhecimento propriamente dito, o sentido está também relacionado com as linguagens e símbolos discursivos. Então é através da linguagem que uma mensagem pode ou não ser decodificada numa espécie de sentimento de cumplicidade simbólica ou de radical rejeição. Estabelece-se uma relação de fascínio e temor.

O resultado da necessária simbolização é oferecer ao leitor uma maneira de conceber os sentidos e este processo inicial é elementar para se poder fazer algum tipo de juízo, de sentimento, não com o historiador, mas com a representação do passado – com o texto ou, para usar uma expressão de Foucault, com as relações entre as palavras e as coisas.

O entendimento destas relações por parte do leitor exige dele, além do interesse e da imaginação produtiva, um certo refinamento – um querer apreender história – uma certa habilidade mínima para poder compreender a estrutura simbólica das representações. Poderíamos falar

de sintonias criadoras.

O passado como tal é um patrimônio público, porque o passado representado em história quer trazer à tona as experiências vividas em todas as suas possíveis dimensões. Entretanto, este mesmo bem público não raras vezes é privatizado sob forma de monumentos dos mais diversos, de simbolizações heróicas, de batalhas ou mesmo nomes por grupos ou elites que a partir deste processo constroem e legitimam as relações de poder na sociedade. Novamente, poder-se-iam evocar aqui as noções da *representação*, do *fascínio* e do *temor* como uma forma exemplar desse processo de apropriação e de validação do conhecimento histórico.

O que nos interessa perguntar, especialmente nesse momento, é como essa noção iluminista do tempo orienta a narrativa? Certo é que a certeza de que se trata de uma linha que se desloca compulsoriamente em uma única direção, levou alguns autores, aqueles que se posicionam de forma crítica, à concepção moderna de história³⁵, a identificarem esta linha como uma cronologia, o que faria com que os episódios conhecessem apenas uma sucessão e uma causalidade bem simples, um depois do outro o que vem atrás ocasionando o que vem à frente e assim por diante.³⁶

³⁵ Para essa questão, ver WHITE, 1992. Op. Cit.

³⁶ É comum verificar-se esta posição em autores ligados a *Escola do Annales*. A sistematização desse aspecto é encontrado em FURET, F. *L'atelier de l'histoire*. Flammarion/Paris, 1982. p. 5-34.

Mas, a narrativa comporta outra dimensão além da episódica. É aquela que Paul Ricoeur denomina de *configuracional*, dimensão que aponta diretamente para a categoria central da narrativa, a idéia de enredo.³⁷

O que é nesse ponto importante é o fato que ambos não somente oferecem uma linha para acolher e obrigar os mais distintos eventos, como também os articular em si, conduzindo *deduzir um padrão de uma secessão*, construindo a associando *totalidades significativas* a partir de episódios dispersos e isolados, fazendo com que, “para ser histórico, um evento deve ser mais do que uma ocorrência singular: ele recebe a sua definição em função de sua contribuição para o desenvolvimento de um enredo”.³⁸

Antes de prosseguirmos, vejamos como isso se apresenta no texto. Os textos aparecem divididos em seqüências (volumes) e cada uma delas possui uma cronologia própria e diferenciada, mas não isolada das demais.³⁹ Assim, os episódios que ele descreve dentro de cada uma destas seqüências a partir de uma temporalidade específica formando diversos quadros que, quando se comunicam, quando se entrelaçam, costuram uma teia que

³⁷ RICOUER, P. *Narrative and human sciences*. Cambridge University Press, 1984.

³⁸ RICOUER, P. Op cit. 1980. p. 171.

³⁹ Seria interessante exercitar esse modelo com algumas obras, verificando-se as permanências e as especificidades.

enreda literalmente a narrativa.

A narrativa é sempre composta de eventos que caminham para o final, percebidos do ponto de vista moderno. Porém, eles caminham associados, presos em uma rede que transforma meros acontecimentos em partes de um intriga mais ampla, em um movimento extremamente complexo que, embora tendam para o fim conhecem paradas, desvios e recuos, desde que isto seja necessário para a configuração que, tomando as seqüências e os episódios absolutamente interdependentes, acaba por dar sentido ao texto.

Por outro lado, da ligação entre tempo linear e enredo decorre uma série de conseqüências que afetam de perto a própria natureza da narrativa. Duas dessas conseqüências podem ser imediatamente destacadas: a primeira parece ser mais evidente e deriva diretamente da modelagem e da padronização que o enredo termina por impor à narrativa, isto é, ao fato desse discurso, possuindo verdadeiro horror à incompletude, ao vazio, pretende reunir todos os fios soltos do texto para criar uma imagem absolutamente coerente, regulada e compreensível da realidade, uma imagem onde tudo, até o acaso, pode e deve fazer sentido.⁴⁰

A segunda conseqüência desenvolve e completa de certo modo a primeira, pois salienta que o discurso se move para frente de

maneira absolutamente consciente e ordenado, culmina com a *disciplinarização* do real, direcionando todos os episódios, seqüências e configurações da narrativa ao rumo de seu final. Neste sentido, *a história é o pólo de atração de todo o processo*⁴¹, pois é como se ela estivesse não somente no fim, mais também, ao lado de todo o desenvolvimento do enredo.

Nessa perspectiva, tudo se encaminha na direção do regional, ponto de junção da dimensão *episódica* com a da *configuracional*. Por isso, mesmo no ponto de partida, orienta todo o movimento de narrativa na sua direção. A culminância (ápice) sobre os movimentos da narrativa é um fundamento que nos leva a ter uma visão de mundo eminentemente tranquilizadora e consoladora que ela parece gerar. No final, parecem consolidar-se os movimentos da narrativa, enchendo de sentido todos os seus desdobramentos e aperfeiçoando aquela visão real como algo completo, regular, plena e coerentemente ordenado, que o enredo dá a impressão de produzir.

A vocação *disciplinadora* e antitrágica da narrativa pode ser confirmada, quando aprofundarmos tal aspecto. Ela completa de certo modo uma das características básicas do método crítico. Este, lembremo-nos, caminha ao contrário do tempo moderno, para trás, para o princípio, dispondo-se a ordená-lo e a discipliná-lo, a expulsar dali o terror que

⁴⁰ Está questão é discutida em WHITE, op. cit., 1992 e JAUSS, op. cit., 1

⁴¹ RICOUER, P. Op. cit., 1984, p. 227.

viesse a encontrar; deixando a tarefa de fazer o mesmo à frente, no futuro, para as ciências naturais.

O tempo da narrativa parece trabalhar paralelamente a estas ciências – e ao método crítico-complementado-as, pois enquanto elas se obrigam a um progresso, equivalente ao incessante do tempo linear, a narrativa confecciona um *real*, no qual este tempo, esta flecha, finalmente pára, aceitando uma conclusão. Uma conclusão que consegue até incorporar a categoria que aparentemente possuía o potencial para causar mais terror no que se refere à visão moderna do futuro: a imprevisibilidade.

Neste sentido, Ricoeur diz: *uma conclusão narrativa não pode ser nem deduzida nem prevista. Não há história a menos que a nossa atenção seja mantida em suspense por muitas contingências*, pois somente assim conseguimos *seguir a história até a conclusão*⁴². No entanto, esta incorporação da imprevisibilidade já não causa mais nenhuma apreensão, nenhum horror, já não é digno de nenhuma possível desordem futura, pois ela somente aparece para ser domesticada, disciplinada, na medida mesmo em que um final não pode ser necessariamente aceitável. Ou seja, tem que surgir como uma consequência *natural* ainda que inesperada. O enredo, na visão retrospectiva, *na rememoração*, retira qualquer tragicidade do

imprevisível, deixando-o apenas na companhia do suspense.

A narrativa parece ir-se definindo como uma forma específica, uma forma especial de se concretizar e retrabalhar o tempo iluminista, ao tempo da concepção moderna de história. Perante os dados e questões colocados até o momento, parece-nos permitir trazer à tona esta primeira conclusão que, de certo modo, possibilita o estabelecimento de um *elo de ligação*, mesmo que tênue, entre os vários textos, levando-se em conta, para isso, suas profundas diferenças.⁴³

Entretanto, ainda permanece sem solução a questão anteriormente levantada, a que diz respeito ao problema inicial do relacionamento entre a objetividade e o posicionamento intelectual do historiador. Tal questão remete precisamente sobre o fato da obsessão pela imparcialidade, da constante busca de um lugar neutro, desvinculado de qualquer compromisso de onde se poderia olhar diretamente sobre o real.

Sem termos a pretensão de responder

⁴² RICOEUR, P. Op. cit., 1984. p. 227.

⁴³ Esta associação entre a crítica, a narrativa e o iluminismo está longe de esgotar as possibilidades de leitura de um texto historiográfico. Observa-se em outros níveis que é perfeitamente possível encontrar-se um autor como Ranke, capaz de compatibilizar uma inevitável adesão dos valores iluministas do método e do relato histórico com o emprego de um quadro intelectual de base essencialmente conservador (sobre esta questão vale a pena ver CASSIRER, 1948. Op cit. e WHITE, op. cit. p. 93-94.

a questão nas suas diferentes implicações, mas introduzi-la, poder-se-ia dizer que seria mais produtivo se a colocássemos em contato com a quarta característica do discurso narrativo, pois esta mantém uma relação apenas indireta com o tempo linear e ela se preocupa fundamentalmente com a ocultação do narrador na narrativa moderna. O narrador parece ser um pouco como Deus, pois está em toda a parte, mas nunca é visto por alguém, salvo às vezes nas notas de pé-de-página, fora da narrativa, o que produz algumas conseqüências importantes.

Em primeiro lugar, a objetividade transforma o relato histórico em espetáculo, em um espetáculo fascinante, onde as coisas e as pessoas falam por si mesmas, onde os próprios personagens parecem atuar como protagonistas, exibindo-se em carne e osso para o leitor sem a interferência de qualquer vontade e de qualquer subjetividade externa.⁴⁴

A ocultação do narrador cria, por conseguinte, na narrativa, uma impressão de objetividade tão forte quanto a que o método crítico pretendia fabricar. O que liga esta gigantesca vontade de verdade?

White coloca-nos a questão de forma intrigante, pois se estivéssemos tratando com textos que lidassem explicitamente com eventos imaginários, matéria-prima do discurso de ficção, não haveria o menor problema: quem poderia estranhar se, nesse tipo de discurso,

uma pedra ou uma árvore subitamente começassem a falar? Porém, quando se enfoca um discurso, que exatamente tem a pretensão inversa, a de fugir da ficção e refugiar-se nos fatos, torna-se evidente que a questão precisa ser um pouco mais discutida.⁴⁵

O autor citado começa tentando respondê-la, sugerindo que este lugar neutro e oculto, esta fortaleza escondida de onde na fala o historiador, parece ser fundamentalmente o lugar da *autoridade*. Assim, aquela breve alusão entre o historiador e Deus não precisa ser tomada como demasiadamente gratuita. Ela serve ao menos para nos lembrar que este retraimento absoluto na narrativa, contraface daquela exigência de absoluta objetividade na crítica, atua na verdade como um poderoso legitimador dos vários pressupostos que, como foi constatado, povoam o discurso da concepção moderna de história.

Essa faceta multiplica em muitas vezes a sua influência, a sua vitalidade e o seu poder de persuasão, pois ela nunca fala com sua voz nem com sua própria face, mas apenas com a face e a voz da verdade dos fatos. Essa ampliação da *autoridade*, que ajuda explicar aquela obrigação da imparcialidade fora introduzida energicamente na época da revolução francesa e conseguiu se afirmar e se transformar em característica permanente do discurso histórico.

Existe ainda outra questão, que

⁴⁴ JAUSS, op. cit., 1978. p. 93-94

⁴⁵ WHITE. Op. cit., 1994. p. 8.

colocamos anteriormente, mas que precisa ser retomada. Ela diz respeito ao sentido, ao objetivo e à finalidade desta autoridade que acabamos de acordar. Numa formulação tipicamente kantiana: qual o interesse da história, qual o *horizonte teleológico que orienta a sua atividade cognitiva*? Perguntando com Kant e tentando respondê-la com Habermas, indicando *que nosso interesse último em fazer história é alargar a nossa esfera de comunicação, pois este interesse expressa a situação do historiador como um membro do próprio campo que estuda*.⁴⁶

Sem querer desvincular a discussão dessa posição, o estudo da história aumenta o nosso repertório de alternativas culturais, ajudando-nos a *revelar as possibilidades encobertas pelo presente*⁴⁷, penso que ela precisa ser associada a uma questão, que vincula a atividade histórica a uma *vontade de evitar ou eliminar a tragédia*.⁴⁸

⁴⁶ Ibidem; também ver a discussão em RÜSEN, J. (Org.). *Historische Objektivität*. Vandenhoeck-Riehe, 1975 e QUANDT, S.; SÜSSUMUTH, H. (Orgs.). *Historisches Erzählen*. Vandenhoeck-Reihe, 1982

⁴⁷ RICOEUR, op. cit., 1984. p. 294.

⁴⁸ Com respeito à questão da tragédia é indispensável uma referência aos pensadores que revelaram a consciência de crise no pensamento ocidental, tal como Spengler, Toynbee, Huizinga, Schwintzer entre outros. Indispensável, também tornam-se as referências à obra de Nietzsche em especial aos textos de sua juventude. Uma discussão da questão pode ser seguida em ROSSET, Clément. *Logique du pire*. Paris: PUF, 1971.

O confronto com a tragédia parece constituir-se em um traço de união que além de articular o método crítico com a prática narrativa, permite visualizar uma ligação entre as concepções clássicas e modernas de história. Desse modo, no que se refere à primeira delas (clássica), vemos que o esforço para subjugar o caos, o acaso e o terror, passa pela afirmação de uma autoridade explícita que se vale da legitimidade conferida pela tradição, pelo profissionalismo para edificar modelos que se pretendem capazes de assegurar a orientação e a verdade dos homens.

A crise desses modelos, crise precipitada e simbolizada pela revolução francesa, evidencia a urgente necessidade de uma transformação radical dos procedimentos clássicos de combate ao trágico de uma reforma do *socratismo*, reforma que incluiria a adoção de nocivas formas de lutas mais matizadas e sutis. É precisamente com esta resposta a esta crise que a definição moderna de história virá a ser elaborada, substituindo a verdade *ética* pela verdade dos fatos e, ao mesmo tempo, tornando esta última completamente inquestionável, completamente acima de qualquer controvérsia política ou moral.

Isto ocorre porque a verdade dos fatos se funde em mecanismos críticos e narrativos – de composição uniforme e alcance universal – que cria a impressão de que ela é resultado de uma razão absolutamente pura e transparente, supostamente afastada de

qualquer posicionamento intelectual ou projeto de poder e influenciável apenas, através de sentidos igualmente uniformes e universais, pelos dados da realidade histórica.

Colocada a questão dessa forma, temos justamente a conversão do lugar de onde o historiador fala em espaço invisível que vai promover o fortalecimento de sua autoridade, aumentando a influência e o poder de persuasão da reconfortante e reguladora ótica por ela veiculada, em um movimento que somente faz ampliar a eficácia do papel desempenhado pela concepção moderna de história nessa incessante batalha travada pelo ocidente contra a tragédia, apesar de toda tradição cultural estar fundada na memória.^{4 94 7}

Nesta perspectiva, a história, além de ser um bem cultural inestimável, com valores implícitos e explícitos, é uma forma de comunicação entre o passado e o presente, entre as idéias de futuro que se tinha no passado e a possibilidade de cultura da mudança do tempo presente, tendo como fio condutor os sentidos.

Parece-nos que está aí a importância dos nossos demônios tutelares que nos acompanham culturalmente e a suspeita sobre o fato de procurarmos constantemente o sentido e o

significado do conhecimento histórico. Então, também, aquilo que por vários séculos de ciência formal foi denominado de irracional através da falácia da representação da realidade pode agora contribuir para uma cultura da mudança.

Nesta perspectiva de entendimento, a história é a textura de representações do passado e não uma ciência com corpo de proposições gerais científicas que expressam somente fatos descobertos. A história nessa configuração é muito mais uma ‘invenção controlada’ do passado do que a ciência da possibilidade de apreensão da realidade materializada.

4 Algumas considerações

O primeiro nível desta nova e possível configuração trata de questões heurísticas da produção de conhecimentos no tempo presente. O segundo nível vincula-se à seguinte pergunta: *como pode ser reconstituído o sentido deste conhecimento?*

Em tese são estas algumas das colocações que pretendíamos discutir aqui, tomando como fio condutor o sentido da experiência na história. Para este propósito, organizamos algumas considerações.

A primeira consideração está relacionada ao debate da constituição de uma topologia do pensamento moderno a partir de seus vetores de sustentação e como tais características repercutem

⁴⁹ DIEHL, Astor Antônio. A cultura historiográfica e inserção hermenêutica. Narrativa e controle da tragicidade na história. In: *Rev. História: debates e tendências*. Passo Fundo: Mestrado em História/CPH/RS, v. 2, nº 1, 2001. P. 33-52.

na estruturação do pensamento histórico, evidenciando a cultura historiográfica. Procuramos apresentar pontos de maior ênfase: o território dos debates teórico-metodológicos, a paisagem dos debates epistemológicos e metodológicos e, finalmente, os limites e possibilidades do conhecimento histórico como forma de controle sobre a pluralidade de sentidos no horizonte das expectativas.

A segunda consideração está vinculada ao debate sobre alguns fatores, os quais podemos expressar através de cinco vetores: a multiplicidade dos tempos concorrentes, as peculiaridades dos processos sociais e culturais, a constituição de verdades concorrentes a partir dos métodos hermenêuticos, ou, como alguns preferem dizer condição hermenêutica, e fenomenológicos, a possibilidade do exercício da consciência fáctica sobre as experiências e, finalmente, a possibilidade de identificações.

A terceira consideração emerge da tentativa de debate sobre a compreensão do sentido da história, a qual dividimos em dois níveis diferenciados. O primeiro nível pode ser expresso pela pergunta: *onde podemos buscar o sentido das representações a partir do diálogo entre a história e literatura?* Fazendo-se uma vinculação com as tendências da historiografia atual, pode-se tomar esta busca a partir de configurações que estão registradas nos sistemas de referências, tais como a memória, a utopia, a emancipação e a

experiência. Este me parece ser o nó da questão em que o imaginário da literatura possa ser o processo de infinitização da dimensão histórica das experiências humano-sociais.

Referências Bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BODEI, Remo. **A filosofia do século XX**. Bauru: Edusc, 2000.
- CARDOSO, Ciro F. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papyrus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **História e paradigmas rivais**. In CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: Edusc, 2001.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica nos anos de 1980: experiências e horizontes**. 2ª edição. Passo Fundo: editora da UPF, 2004.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.
- DIEHL, Astor Antônio. **Do método histórico**. Passo Fundo: UPF editora, 1996 (2ª edição é de 2001).
- DIEHL, Astor Antônio. **Fascínios da história II**. Textos de história do Brasil contemporâneo. Passo Fundo: UPF editora, 2004.
- DIEHL, Astor Antônio. **Vinho velho em pipa nova: o pós-moderno e o fim da história**. Passo Fundo: editora da UPF, 1997.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: ed. da Unesp, 2002.
- DOSSE, François. **A História**. Bauru: Edusc, 2003.
- DOSSE, François. **O império dos sentidos: a humanização das ciências humanas**. Bauru: Edusc, 2003.
- DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a escrita da história. In: **Rev. Margem**. Faculdade de Ciências Sociais, PUCRS, nº 5, 1996
- FURET, F. **L'atelier de l'histoire**. Flammarion/Paris, 1984.
- GADAMER, H. G. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, Pierre (org.). **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: editora Guanabara Koogan, 1989.
- JAMESON, Fredric. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc, 2002. p. 105-159.
- LÄMMERT, Eberhart. História é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: 9(23) 1995, p. 289-308.
- MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual**. Bauru: Edusc, 2002.
- MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru: Edusc, 2000.
- MOSER, Walter. Spätzeit. In: MIRANDA, Wander (org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.
- PINKER, Steven. **Tabula rasa: a negação contemporânea da natureza humana**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2004.

QUANDT, S.; SÜSSUMUTH, H. (Orgs.). **Historisches Erzählen**. Vandenhoeck-Reihe, 1982.

RICOUER, P. **Narrative and human sciences**. Cambridge University Press, 1984.

ROSSET, Clément. **Logique du pire**. Paris: PUF, 1971.

RÜSEN, J. (Org.). **Historische Objektivität**. Vandenhoeck-Riehe, 1975.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade na ciência histórica. In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, vol. XXIV, nº 2, p. 311-335, dez. 1998, p. 315.

RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: **Revista Histórica: debates e tendências**. Passo Fundo: v. 2, nº 2, p. 9-22, dez. de 2001.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**. Televisão e pós-pensamento. Bauru: Edusc, 2001.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: Edusc, 1999.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

VICO, Gianbattista. **A ciência nova**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: Edusc, 2000.

WEHLER, Hans-Ulrich. **Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts**. Göttingen: Wallstein Verlag, 2001.